

**ANEXO I DA ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26.06.97**

BOMPREGO BAHIA S.A.

ESTATUTO SOCIAL

**CAPÍTULO I
SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Art. 1º- A BOMPREGO BAHIA S.A. é uma sociedade anônima, que se rege por este Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º- A Companhia tem sede e foro na cidade do Salvador, na Rodovia Salvador-Feira de Santana, BR 324, Km 09, Pirajá, podendo manter, abrir e fechar filiais, agências, sucursais e escritórios, em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação da Diretoria, independentemente de autorização da Assembleia Geral.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto social: a) o comércio, a exportação e importação de bens do ramo de supermercados e padarias; b) comércio varejista de lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo em geral; c) comércio varejista de pneus, peças e acessórios para veículos automotivos; d) prestação de serviços de lavagem, lubrificação de veículos e borracharia; e) prestação de serviços de restaurante, lanchonete, e outros correlatos; f) prestação de serviços de transporte de cargas; g) exploração e prestação de serviços frigoríficos; e h) participação no capital de outras empresas, como sócia-quotista ou acionista no país ou no exterior.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para realizar o objeto social, a Companhia poderá: a) criar e extinguir subsidiárias integrais; b) participar de outros grupos de sociedades, de associações de consórcios, ou do capital de outras empresas.

Art. 4º - O prazo de duração será por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 5º- O Capital Social é de R\$16.721.880,73 (dezesesseis milhões, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e três centavos), dividido em 13.189.280 ações, sendo 4.396.426 ações ordinárias e 8.792.854 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

§1º- A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 500.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

§2º- As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurada a prioridade no reembolso em caso de liquidação da Companhia, não se lhes aplicando assim o disposto no §1º do art. 111 da Lei nº 6.404/76.

§3º- As ações preferenciais participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos e bonificações e o seu limite poderá ser de até 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia, podendo em sua emissão ser alterada a proporção anteriormente existente entre ações ordinárias e preferenciais.

§4º- A emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle nos termos da lei, poderá excluir o direito de preferência na subscrição.

§5º- A Companhia poderá, por deliberação da assembleia geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços a sociedade sob seu controle.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 6º- A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Art. 7º- A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO- O Presidente da Assembléia escolherá um ou mais secretários.

Art. 8º- A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á dentro dos quatro primeiros meses ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas em lei.

Art. 9º- A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto.

CAPÍTULO IV **ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

Art. 10º- A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO- A Assembléia Geral fixará o montante global da remuneração dos Administradores, que será distribuída de acordo com o disposto no art. 15, inciso V, deste Estatuto.

Art. 11º- O Conselho de Administração será composto de até 5 (cinco) membros todos acionistas, eleitos pela Assembléia e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

§1º- A Assembléia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração.

§2º- Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio.

Art. 12- O Conselho de Administração terá um Presidente que será eleito, por maioria de votos de seus membros, imediatamente após a sua posse.

§1º- O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§2º- As vagas de Conselheiro, não havendo suplente poderão ser preenchidas pelo Conselho de Administração, até a primeira Assembléia Geral, que deliberará sobre o preenchimento da vaga, cujo substituto completará o mandato do substituído.

Art. 13- O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente pelo menos uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente, ou pela maioria de seus membros, através de carta, telegrama, telex ou pessoalmente.

Art. 14- O Conselho de Administração se instalará, funcionará e deliberará validamente com a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente, além do seu voto pessoal, o de desempate.

PARÁGRAFO ÚNICO- As decisões do Conselho de Administração constarão de ata que será assinada pelos presentes.

Art. 15- Compete ao Conselho de Administração:

I- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, política e objetivos básicos, para todas as áreas principais de atuação da Companhia, e de suas Controladas;

II- aprovar os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas;

III- eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;

IV- fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos;

V- atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembléia Geral, os honorários mensais, a cada um dos membros da Administração da Companhia;

VI- atribuir aos membros da Administração a sua parcela de participação nos lucros apurados em balanços levantados pela Companhia, inclusive intermediários, respeitadas as limitações e disposições estatutárias e legais;

VII- manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria e autorizar a distribuição de dividendos intermediários e se distribuído estes com base em resultados apurados em balanço intermediário, fixar a participação nos lucros que farão jus os administradores;

VIII- deliberar sobre a emissão de ações, debêntures, notas promissórias comerciais ou bônus de subscrição, e sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação;

IX- escolher e destituir os auditores independentes;

X- autorizar a Diretoria a contrair empréstimos, alienar bens do ativo permanente, a constituir ônus reais, transigir e renunciar direitos da Companhia, bem como a prestar fianças, caução ou avais em negócios de interesse da própria Companhia ou em sociedades de que participe como sócia, acionista ou quotista, e ainda, para terceiros, desde que do interesse da Companhia, quando a operação for de valor superior a R\$10.000.000,00.

XI- convocar a Assembléia Geral quando julgar conveniente ou por exigência legal ou estatutária;

XII- fixar o voto a ser dado pela Companhia nas Assembléias Gerais e reuniões das Sociedades em que participe como sócia, acionista ou quotista, inclusive aprovando a escolha dos administradores de sociedades controladas ou coligadas a serem eleitos com o voto da Companhia;

XIII- submeter a deliberação da Assembléia Geral proposta de alteração deste Estatuto.

Art. 16- A Diretoria será composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo de 8 (oito) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, e por ele destituíveis a qualquer tempo, sendo um Diretor Superintendente e até 7 (sete) Diretores sem denominação especial, com mandato de 1 (um) ano.

§1º- As atribuições e denominação de cargos dos Diretores sem denominação especial poderão ser especificadas pelo Conselho de Administração que também estabelecerá a remuneração fixa de cada membro da Diretoria e distribuirá, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela assembléia geral.

§2º- Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, ou impedimento do titular, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos.

§3º- Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei, o Estatuto Social e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

§4º- A Diretoria poderá contrair empréstimos, renunciar a direitos, transigir, conceder avais, fianças ou cauções, hipotecar, empenhar e de qualquer forma, onerar os bens da Companhia.

§5º- Os mandatos serão sempre assinados por dois (2) Diretores e outorgados para fins específicos ou por prazo determinado, não excedente de um ano, salvo os que contemplaram os poderes da cláusula *ad judicia*.

§6º- A Diretoria poderá, ainda, designar um dos seus membros para representar a Companhia em atos e operações no País ou no Exterior, ou constituir um procurador apenas para a prática de ato específico, devendo a ata que contiver a resolução de Diretoria ser arquivada na Junta Comercial, se necessário.

§7º- O Conselho de Administração indicará o Diretor incumbido das funções de Diretor de Relações com o Mercado, a quem caberá divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como incumbir-se do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado.

§8º- A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez cada mês, e a convocação cabe ao Diretor Superintendente, que também presidirá a reunião.

§9º- A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

§10º- As atas das reuniões e as deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio.

Art. 17- Compete especificamente ao Diretor Superintendente:

I- submeter a aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

II- formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais diretores;

III- exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia;

IV- coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões;

V- exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Art. 18- Compete a cada um dos Diretores sem denominação especial as atribuições específicas que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Art. 19- Todos os atos que criarem responsabilidade para com a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, só serão válidos se tiverem:

I- A assinatura conjunta de dois membros da Diretoria;

II- A assinatura conjunta de um membro da Diretoria e de um procurador da Companhia;

III- A assinatura conjunta de dois procuradores da Companhia.

PARÁGRAFO ÚNICO- A Companhia será representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal.

Art. 20- Em caráter excepcional a Companhia poderá ser representada por um único membro da Diretoria, desde que haja, no caso específico, autorização expressa do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Art. 21- A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 a 5 membros e suplentes em igual número, não tendo caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembléia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei.

Art. 22- O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo os seus membros serem reeleitos.

Art. 23- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os elege.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADOS

Art. 24- O exercício social terá a duração de um ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano.

Art. 25- Ao fim de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, consubstanciadas no balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstrações do resultado do exercício e demonstração das origens e aplicações de recursos.

§1º- O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados.

§2º- A qualquer tempo, o Conselho de Administração também poderá deliberar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Art. 26- Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

§1º- Sobre o lucro remanescente apurado na forma do *caput* deste artigo, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal.

§2º- Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior, destinar-se-á:

- a) 5% (cinco por cento) para Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas.

§3º- Atendida a distribuição prevista no Parágrafo anterior, o saldo, por proposta do Conselho de Administração e aprovação da Assembleia Geral, será destinado a uma reserva suplementar para a apropriação futura ao Capital Social ou a outras reservas de lucros.

CAPÍTULO VII LIQUIDAÇÃO

Art. 27- A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação.

§1º- O Conselho de Administração nomeará o liquidante, e as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários.

§2º- O liquidante poderá ser destituído a qualquer tempo.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28- Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.